



Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria do Planejamento, Mobilidade
e Desenvolvimento Regional
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Conjuntura FEE

ANO 25 Nº 05
Maio de 2016

Uma mensuração da intensidade de utilização da rede estadual de ensino

Nos últimos anos, o RS tem sofrido expressivas mudanças populacionais no que diz respeito tanto à estrutura etária, quanto às taxas de crescimento. Redução do número de jovens, aumento do número de idosos, queda na taxa de natalidade e movimento emigratório foram alguns fatos que caracterizaram esse período.

Essas transformações levantam uma série de questões quanto à capacidade de adaptação do Estado a esse novo contexto. É de se esperar que tenhamos, no âmbito da rede estadual de ensino, alguma subutilização de nossas escolas. Pelo menos dois fatores contribuem para a ocorrência desse fenômeno: (a) o encolhimento populacional ocorrido em praticamente todas as regiões do Estado na faixa etária dos seis aos 17 anos, relativa aos ensinos fundamental e médio; e (b) a dificuldade em se reestruturar o sistema de ensino diante de variações da demanda, já que escolas são bens físicos não realocáveis e professores são contratados para atuarem em regiões muito específicas.

As estatísticas educacionais mais amplamente divulgadas raramente se referem à intensidade de utilização do equipamento público. Taxas de matrículas, mesmo que sejam líquidas, não nos fornecem um quadro preciso da intensidade de uso de nossas escolas, pois questões como demanda desconhecida e distorção idade-série obscurecem a análise. Outras estatísticas, não tão amplamente divulgadas, tais como o número de professores por aluno e o número de alunos por sala, são de difícil análise por carecerem de um referencial. Qual o número ideal de alunos por sala? A resposta depende tanto da literatura utilizada, quanto do nível de ensino analisado. As balizas sugeridas na literatura oferecem números variados para um mesmo nível de ensino e, via de regra, apontam que, nas séries mais iniciais, esse número é inferior ao das séries mais adiantadas, o que dificulta a análise entre níveis. Para fugir dessas questões e avaliar uma medida mais objetiva, construímos um indicador, a Razão Padronizada de Alunos por Sala (RPAS). Ilustraremos sua construção e análise mediante a situação de um município específico.

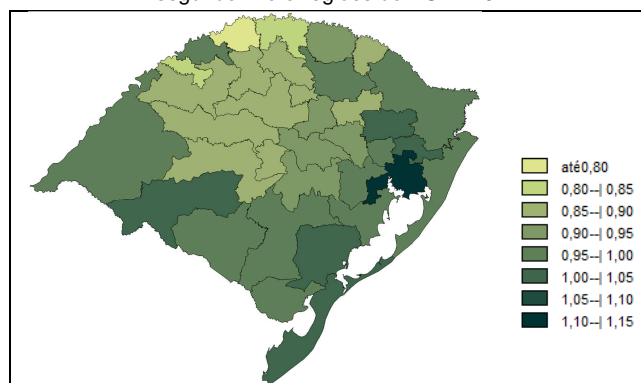
Em Porto Alegre, um aluno de 16 anos, matriculado no ensino médio da rede estadual, estuda, em média, em salas com 31,15 alunos. Quando se observa um aluno com as mesmas características no Estado como um todo, a média por turma é de 28,73 alunos. Assim, o aluno da Capital estuda em salas com 1,08 vez mais alunos do que o aluno típico do Estado com essas mesmas características. A RPAS é constituída, justamente, pelas médias dessas razões em municípios ou microrregiões do Estado.

Por ser um indicador relativo, observaremos que as RPAS das regiões fluuam em torno de um, e, por construção, o agregado do Estado sempre será igual a um. Assim, qualitativamente, a RPAS não informa se o número de alunos no Estado é adequado ou não. Contudo a RPAS pode indicar em que regiões pode haver sobre ou subutilização do sistema de ensino.

A figura a seguir ilustra os valores da RPAS, por microrregiões, dos ensinos fundamental e médio da rede estadual em 2014. Em todos os níveis de ensino analisados, a microrregião de Porto Alegre (destacada em verde escuro) é a de

maior densidade de alunos por sala no Estado. Duas possíveis hipóteses poderiam explicar esse fato: as altas RPAS observadas (a) são uma característica inerente à alta densidade demográfica da região; ou (b) indicam sobreutilização das escolas estaduais por carência de oferta. Embora não seja o foco deste estudo, vale notar que a RPAS na rede privada da microrregião de Porto Alegre apresenta um valor próximo de 1. Isso pode apontar na direção de que a segunda hipótese seja a mais verossímil.

Razão Padronizada de Alunos por Sala das etapas de ensino fundamental e médio da rede estadual de ensino, segundo microrregiões do RS — 2014



FONTE DOS DADOS BRUTOS: INEP/Censo escolar 2014.

Na outra ponta, contudo, observam-se 13 microrregiões com RPAS inferior a 0,90 e mais da metade (18) com RPAS inferior a 0,95. Adicionalmente, a figura mostra um padrão bem definido associado a RPASs baixas no noroeste do Estado. As três microrregiões com as mais baixas Razões, Três Passos (0,75), Frederico Westphalen (0,81) e Cerro Largo (0,83), estão localizadas ao noroeste do Estado. Nessa região, houve um grande êxodo nos últimos anos. Assim, esses resultados podem indicar subutilização de recursos públicos na região.

Dentre os resultados municipais relativos ao agregado dos ensinos fundamental e médio, Alvorada é o município com a mais alta RPAS: seus estudantes, em média, frequentam salas de aula com 31% a mais de alunos do que a média do Estado, o que provavelmente indica carência de escolas estaduais no município. Por outro lado, temos uma grande quantidade de municípios com RPASs baixas: em pouco mais da metade (253), a Razão de utilização é menor do que 0,85. Dois casos extremos merecem destaque: Forquethina (0,43) e André da Rocha (0,48).

Embora ainda superficiais, os primeiros resultados indicam que existe desigualdade na utilização da rede de ensino estadual, no RS. Em situações de crise, como a que vivemos, resultados como esses podem servir de guia para que tentemos, dadas as limitações orçamentárias e legais, melhorar a eficiência do ensino em regiões onde há sobreutilização, realocando recursos, sem (muitos) prejuízos para as regiões onde há subutilização.

Rafael Bernardini
Pesquisador em Estatística da FEE

Existe espaço fiscal para o RS?

Em finanças públicas, postula-se a existência de um nível de dívida/Produto Interno Bruto (PIB) de equilíbrio de longo prazo. Trata-se de um nível de equilíbrio condicionalmente estável: se um choque ocorrer, como uma crise econômica, a dívida sobe num certo período de tempo, mas os superávits primários nos períodos subsequentes mais do que compensam o aumento do pagamento de juros, de modo que a relação dívida/PIB converge para o nível de longo prazo. Da mesma forma, existe um nível de dívida/PIB acima do qual o governo tem dificuldades para rolar a dívida e corre o risco de perder acesso ao mercado de crédito.

O espaço fiscal é dado pela diferença entre a relação dívida/PIB efetiva e o limite teórico, que, por sua vez, é dado pelo nível de endividamento a partir do qual a política fiscal tem que mudar em relação ao passado, não podendo permanecer numa situação de inércia ou de “fazer o de costume”. Assim, quanto mais a relação dívida/PIB efetiva estiver próxima do limite teórico, menor será o espaço fiscal. E quanto menor for a relação dívida/PIB efetiva, mantendo-se abaixo do limite teórico, maior será o espaço fiscal. O limite da dívida não é um nível “ótimo” ou “desejável” de endividamento: trata-se de uma referência para os governos, que deverão engajar-se em reformas a fim de manter os compromissos em dia.

No caso do Estado do Rio Grande do Sul, a tabela apresenta a evolução da relação dívida líquida/PIB bem como a razão do resultado primário/PIB estadual no período de 2008 a 2015. A dívida líquida é o balanço entre o total de créditos e o de débitos do Estado, enquanto o resultado primário é dado pela diferença entre a receita primária e a despesa primária.

No período de 2008 a 2015, a média do estoque da dívida líquida como proporção do PIB foi de 17,5%. A relação entre a dívida líquida e o PIB teve queda nos anos 2009, 2011 e 2013. Enquanto, no primeiro ano, houve queda da dívida por uma postura fiscal de maior austeridade, nos dois últimos o PIB teve elevação maior do que a dívida. O PIB estadual cresceu 4,4% em 2011 e 8,2% em 2013. Nos anos 2010, 2012 e 2014, a relação dívida líquida/PIB aumentou: no primeiro, foi ano eleitoral; nos outros dois, houve queda do PIB estadual. Depois de atingir o ponto mínimo de 16% em 2013, a razão dívida líquida/PIB voltou a crescer, superando a média de 17% do período 2011-14.

Por se ter uma dívida relativamente alta e porque o Estado assumiu o compromisso de reduzir o endividamento, o esperado era que a razão superávit primário/PIB se elevasse ou ao menos se mantivesse ao nível de 1% do PIB no período em análise, o que possibilitaria a geração de espaço fiscal. Contudo o que se observou foi a queda paulatina do superávit primário/PIB, chegando-se ao ponto de os déficits primários ressurgirem nos anos 2014 e 2015.

A ausência de reação do resultado primário a variações na relação dívida líquida/PIB (ou ao tamanho da dívida) sinaliza que, desde 2008 pelo menos, o RS ultrapassou o limite teórico da dívida pública estadual. Portanto, desde então não há espaço fiscal para se endividar.

Entretanto, considerando o limite legal, tinha-se espaço para mais endividamento. Nos anos 2008 e 2010, o Estado

realizou duas operações de crédito com o Banco Mundial, no montante total de R\$ 1,9 bilhão, visando reestruturar a dívida estadual. Entre 2011 e 2014, o Estado contratou novas operações de crédito junto a organismos internacionais, no total de R\$ 3,9 bilhões, para financiar investimentos e despesas correntes.

Em 2015, num contexto de queda real da arrecadação e de excesso de compromissos assumidos no passado, o limite legal de endividamento foi superado. O Governo responde à crise financeira atrasando obrigações, buscando renegociar a dívida com a União e aprovando um pacote de elevação das alíquotas do ICMS, que passou a vigorar a partir de 1.º de janeiro de 2016. Assim, pode-se afirmar que o Estado caminha para uma situação de “fadiga fiscal”, na qual se torna cada vez mais difícil para o Governo elevar impostos e/ou realizar cortes significativos na despesa primária a fim de interromper o crescimento da dívida.

Considerando o contexto econômico e o político, no curto prazo são reduzidas as chances de um ajuste fiscal capaz de colocar a relação dívida/PIB numa trajetória em direção ao nível de equilíbrio de longo prazo.

Excluindo-se as alternativas de calote total da dívida e de um socorro financeiro (externo ou interno) de grande porte para o Estado, tem-se a opção de reformas estruturais que tenham como efeito a obtenção de superávits primários iguais ou superiores ao serviço da dívida. A principal reforma é a da previdência pública estadual, que apresenta déficits crescentes, que, só no ano de 2015, totalizaram R\$ 8,4 bilhões.

Se nada de extraordinário for feito, o que resta é a adoção de uma política de austeridade fiscal por um longo período de tempo, mantendo o crescimento das despesas abaixo do aumento da Receita Corrente Líquida em termos reais, objetivando a queda gradual da relação dívida líquida/PIB.

Dívida líquida/Produto Interno Bruto (PIB) e resultado primário/PIB do Rio Grande do Sul — 2008-15

ANOS	DÍVIDA LÍQUIDA/PIB (%)	VARIAÇÃO (p.p.)	RESULTADO PRIMÁRIO/PIB (%)	VARIAÇÃO (p.p.)	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB (%)
2008	19,3	-	1,06	-	2,7
2009	17,5	-1,79	0,75	-0,31	-0,4
2010	17,6	0,06	0,66	-0,09	6,7
2011	16,8	-0,80	0,55	-0,11	4,4
2012	17,5	0,69	0,31	-0,24	-2,1
2013	16,0	-1,51	0,18	-0,13	8,2
2014	17,5	1,56	-0,14	-0,32	-0,4
2015	17,6	0,03	-0,21	-0,07	-3,4

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Banco Central do Brasil/Estatísticas fiscais regionalizadas.
Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul/Demonstrativo das receitas programadas e resultado primário.

Liderau dos Santos Marques Junior
Pesquisador em Economia da FEE

Saneamento básico de Porto Alegre em destaque nacional

Desde 1980, o Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) de Porto Alegre atingiu sua prioridade de universalizar o abastecimento de água. Hoje mantém o foco para melhorar a qualidade da água, das fontes de captação e das redes de distribuição. A infraestrutura de esgoto foi alçada como prioridade em 2006, tendo uma evolução truncada até então, sobrepondo redes mistas (pluvial e cloacal) basicamente, além de edificar apenas pequenas estações de tratamento de esgoto (ETEs). Isso significa que a cidade despejava esgoto bruto nos arroios que desaguam no rio Gravataí e no lago Guaíba.

Esse cenário deveria ter-se encerrado em 2013, quando o DMAE edificou grandes obras estruturantes na cidade, com recursos da política de financiamento instituída pela criação do Ministério das Cidades em 2002. Elas mudaram a funcionalidade urbana e geraram benefícios para a saúde ambiental e a qualidade de vida. Os grandes empreendimentos realizados nos 10 sistemas de esgoto sanitário (SESs) puseram em andamento a estrutura de redes coletoras, instalações, emissários condutores e integradores às ETEs, ampliaram a cobertura da coleta e construíram novas ETEs com capacidade para tratar 80% do esgoto gerado. Essas obras gigantes de infraestrutura de esgoto colocaram Porto Alegre em destaque entre as capitais e as grandes cidades nacionais.

Contudo a utilização da capacidade das ETEs, revelada nos índices de tratamento de esgoto de apenas 18,2% em 2013, 33,3% em 2014 e 66,0% em 2015, sugere a questão: quando, afinal, o DMAE utilizará a capacidade total das ETEs? Por que os arroios da cidade ainda despejam esgoto bruto?

Parte da resposta encontra-se no Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB/2015), que projetou as redes e as ETEs que ainda faltam ser implantadas. O Plano registra que os 1.915km de redes existentes atendem 54,9% dos logradouros da cidade e projeta a necessidade de implantar mais 1.572km de rede cloacal até 2035.

Nos bairros mais populosos, as questões são as seguintes: o SES Ponta da Cadeia abarca o atendimento a 37,9% dos porto-alegrenses, integrando 23 bairros e parte de outros, localizados nas bacias dos arroios Dilúvio, Santa Teresa, Ponta do Melo e parte da área do Almirante Tamandaré. O sistema beneficia 82,9% dos logradouros, e falta a implantação de mais 159km de rede. O caso do arroio Dilúvio é simbólico por ainda tragar grande carga de esgoto irregular pela rede pluvial e pelos despejos nas suas nascentes, em Viamão. O SES Sarandi atende 17,3% da população em quatro bairros e parte de outros, que ocupam a várzea do Gravataí e as bacias do Passo das Pedras e do Santo Agostinho. Os logradouros sem rede de esgoto representam 69,8%, carecendo de mais 427km, e o projeto da ETE Sarandi, que já opera o primeiro módulo, deverá ter mais cinco módulos até 2024. Essa estação integrará o SES Rubem Berta, para reduzir o esgoto coletado que escorre para o rio Gravataí. O SES Navegantes compõe-se de 16 bairros e parte de outros, localizados nas bacias dos arroios Areia, Humaitá e parte do Almirante Tamandaré. Nelas, residem 13,1% da população, e a cobertura do SES já atendia 62,1% dos logradouros. A maior demanda de infraestrutura localiza-se na bacia do arroio da Areia, estimada em 189km, onde já se utiliza a ETE Navegantes, que teve ampliação e melhorias. O SES Cavalhada e o SES Salso localizam-se nas bacias dos arroios Sanga da Morte e Cavalhada. Nessa região, residem 10,3% e 9,0% da população. Grande parte da demanda de rede já foi atendida pelas obras de integração à nova ETE Serraria, mas os défi-

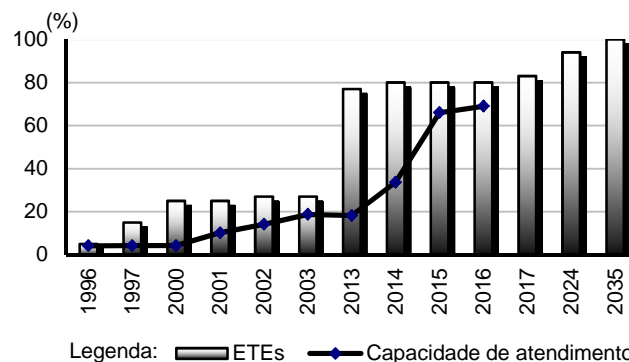
cits de atendimento nos logradouros representam 57,1% e 54,3% respectivamente. O SES Zona Sul é formado por partes de 13 bairros localizados junto às bacias dos arroios Capivara, Espírito Santo, Guarujá, Assunção, Morro do Osso e Ponta da Serraria. A infraestrutura de esgoto atende 77,5% dos logradouros, mas necessitará de substituição das redes mistas existentes por redes de esgoto. Também foi projetada a sua integração à ETE Serraria. Nos bairros menos populosos, a falta de cobertura de rede de esgoto atinge patamares altos: 99,4% no SES Ilhas, 79,6% no SES Lami, 56,9% no SES Belém Novo e 60,8% no SES Rubem Berta.

Nesse quadro de necessidade por completar a infraestrutura, o PMSB/2015 projeta ampliar em 45,1% a rede de esgoto e a capacidade das ETEs, para universalizar o atendimento até 2035. Trata-se de uma obra gigantesca a ser enfrentada pelo DMAE, para além da gestão complexa dos sistemas, da geografia acidentada da cidade, das diversas bacias hidrográficas existentes, das ligações irregulares e da falta de adesão à coleta seletiva dos resíduos sólidos recicláveis.

Notavelmente, o projeto mais simbólico e estruturante do saneamento básico da cidade é o Programa Integrado Socioambiental (Pisa), integralizando obras, instalações, redes cloacais, emissários condutores e emissário final do SES Ponta da Cadeia, do SES Cavalhada, do SES Salso e do SES Zona-Sul com a ETE Serraria, no bairro Serraria. A estação tem capacidade de tratar 50% do esgoto e atualmente aguarda licença ambiental da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) para operar plenamente. Vale notar também a importância da ampliação e de melhorias na ETE Navegantes e da edificação da ETE Sarandi.

O papel municipal e o federal foram virtuosos na construção dessa obra estruturante, que adicionou muito mais funcionalidade urbana, saúde ambiental e qualidade de vida. Contudo esses ganhos dependem ainda de mais investimentos para completá-la e da redução das ocupações irregulares nas áreas de preservação ambiental. A legislação não permite implantar infraestrutura urbana nessas áreas irregulares. Entretanto, a universalização dos serviços dependerá também da conscientização e da participação dos porto-alegrenses, das entidades e comunidades atuantes para aumentar a adesão às políticas de saneamento básico ambiental da cidade, bem como da pressão popular para completar essa infraestrutura.

Capacidade das estações de tratamento de esgoto (ETE) tratado em Porto Alegre — 1999-2035



Legenda: ■ ETEs —● Capacidade de atendimento
 FONTE DOS DADOS BRUTOS: PORTO ALEGRE. Dados Gerais. Edição de 2015.

Renato Antônio Dal Maso
 Pesquisador em Economia da FEE

Transporte interurbano como política social

Questões relativas ao transporte estão sempre presentes nas discussões sobre política e economia no Rio Grande do Sul: acessos asfálticos, pedágios, ferrovias, hidrovias, duplicações, aeroportos, entre outros temas. Os gargalos e potenciais comumente destacados são logísticos, a rede de transportes como espaço de movimento da produção. Investimentos na área são reivindicados pelo potencial de aumentar a eficiência do escoamento da produção dentro do Estado.

A rede de transportes, porém, não desloca apenas mercadorias: cerca de 80% do tráfego nas rodovias do Estado é de passageiros, segundo estimativas do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER). A amplitude e a eficiência de uma rede de transportes condicionam o acesso da população ao mercado de trabalho, a oportunidades de negócio, à saúde, à educação, ao lazer, à participação social e política e a todo tipo de serviços e atividades, em especial aqueles concentrados nas cidades de maior porte. Nesse sentido, investir no sistema de transportes é também uma política social: a ligação de sua localidade com o restante da região e do Estado define a acessibilidade do morador a uma gama de atividades e serviços importantes.

Entre 2007 e 2015, a frota circulante de veículos leves (automóveis e motocicletas) no Rio Grande do Sul cresceu de 3,1 para 4,9 milhões, 59%, segundo o Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Sul (Detran). Entre 2007 e 2014, a proporção de veículos leves sobre a população foi de 29% para 43% e de 40% para 57% entre os maiores de 18 anos. Quanto à circulação, dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias apontam crescimento de 65% do fluxo de veículos leves em estradas pedagiadas (médias móveis semestrais de dez./06 a dez./12), e pode-se supor que essa expansão se repita, com alguma margem de erro, nas demais rodovias. O fluxo de veículos pesados (que inclui ônibus, mas é majoritariamente de caminhões) teve expansão de 29% no mesmo período.

Esse movimento foi impulsionado pela expansão da renda no período e por políticas de crédito e de subsídios à indústria automobilística. O crescimento econômico estadual, calcado no complexo agroindustrial, foi territorialmente desconcentrado, e a expansão da frota foi maior em regiões menos densamente povoadas. Nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) Metropolitano, Serra, Sinos, Caí e Taquari, o crescimento da frota foi menor do que o estadual (6,8%). Alto da Serra do Botucará, Celeiro, Médio Alto Uruguai, Missões e Vale do Jaguari — Coredes do Norte e Noroeste e cujas populações diminuíram no período — tiveram crescimento da frota acima de 7,5%.

Paralelamente, o transporte coletivo interurbano, operado por 1.750 linhas de ônibus cadastradas, sofre problemas. O número de passageiros transportados caiu de 59,7 para 54,9 milhões (-8,2%) entre 2008 e 2012, queda mais acentuada na modalidade “comum”, de 9,8% (48,3 para 43,6 milhões). A expansão do transporte individual no interior é um dos principais fatores explicativos para esse fenômeno. No mesmo período, caíram o número de viagens (-12%) e a renda auferida, de R\$ 748 para R\$ 692 milhões (-7,5%) (não foi possível verificar o deflator utilizado para esse cálculo). Como os dados mostram persistir a expansão da motorização individual desde então, é razoável supor que essa tendência se manteve após 2012.

A expansão do uso de automóveis pode ser considerada positiva, permitindo maior mobilidade a pessoas mais pobres e isoladas. Pela baixa utilização da maioria das rodovias e por sua dispersão territorial, viagens de automóvel fora dos centros urbanos geram menos congestionamentos, ocupação de espaço restrito, poluição localizada e outros fatores que tornam o automóvel custoso ao meio urbano. Por outro lado, camadas vulneráveis da sociedade — os mais pobres, menores de idade, idosos, portadores de deficiência — não têm, em geral, condições de usar transporte individual e dependem do transporte coletivo. Persiste, também, a desigualdade de gênero no perfil dos condutores: mulheres somavam apenas um terço dos condutores habilitados no Estado em 2015, segundo o Detran.

Como o custo da viagem muda pouco de um ônibus vazio para um lotado e a receita depende do número de passageiros vendidas, as taxas de ocupação são importantes para permitir ao transporte coletivo cobrar preços acessíveis e oferecer cobertura e frequência adequadas. Com menos passageiros, as empresas são levadas a oferecer menos viagens, serviço de menor qualidade e pressionar por aumentos de preço, tornando os ônibus ainda menos atrativos e empurrando mais pessoas para outras formas de transporte. Aos que não têm alternativas, resta pagar mais por um serviço de menor qualidade.

O outro lado da moeda é que a valorização do transporte coletivo incentiva o aumento do número de passageiros, traz ganhos de escala e ocupação, permitindo preços menores e melhor cobertura. Essa valorização se justifica na compreensão do transporte coletivo interurbano como complementar às políticas públicas de emprego, saúde, educação e assistência social, assim como à participação da população na vida social e política da sua região e do Estado. Ao aumentar o acesso da população a essa série de serviços e atividades, a maior mobilidade pode ainda mitigar o esvaziamento demográfico de regiões afastadas dos principais centros.

Com intenção de valorizar o setor, foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul o Plano Diretor de Transporte Coletivo, que deve guiar as licitações das linhas de ônibus intermunicipais e interurbanas do Estado nos próximos anos, dividindo a rede em 14 regiões, com subsídio cruzado entre linhas mais e menos rentáveis. O plano também prevê padronização da frota, maior controle da movimentação pelo DAER, entre outras medidas que buscam aumentar a eficiência do sistema. Seu sucesso, nos próximos anos, é importante para o Estado, em especial para pequenos municípios e regiões mais afastadas dos grandes centros.

A recente crise econômica pode mitigar o processo de motorização (e a indústria automobilística estar sendo um dos setores mais impactados negativamente sugere isso), mas a agropecuária sofre menos, indicando que a expansão possa persistir no interior do Estado. De qualquer forma, a capacidade de enfrentar a crise está conectada à mobilidade, em especial para aqueles em busca de emprego. Se as quedas da renda e do emprego levam alguns a trocar o automóvel pelo ônibus, também fazem com que muitos percam condições de usar mesmo o ônibus em busca de oportunidades.

Jaime Carrion Fialkow
Pesquisador em Economia da FEE

A nova política dos EUA para a América Latina

Em 21 e 22 de março de 2016, o Presidente Barack Obama realizou uma visita a Cuba, a primeira de um chefe de Estado norte-americano após quase 90 anos, e, nos dois dias seguintes, à Argentina. De acordo com o discurso oficial da Casa Branca, a viagem a Cuba visou à “normalização das relações”, ao “avanço dos laços comerciais e entre os povos”, e ao “apoio aos direitos humanos”. No caso argentino, o intuito foi de “[...] aumentar a cooperação em diversas áreas, incluindo comércio e investimentos, energia renovável e mudança climática e segurança cidadã”.

Além dos aspectos simbólicos, amplamente difundidos na imprensa e nos discursos oficiais, cabe compreender o significado político dessas atividades do Governo norte-americano na América Latina e explorar possíveis desdobramentos para o Brasil. Entende-se que essas visitas evidenciam uma releitura da forma pela qual o Governo norte-americano busca inserir-se no Hemisfério Ocidental, sobretudo durante o segundo mandato presidencial de Obama (2013-16), que tem registrado algumas diferenças significativas em relação aos períodos anteriores, inclusive a seu primeiro mandato (2009-12).

Até o final do primeiro mandato de Obama, tinha-se a imagem de que os EUA se encontravam em um lento e paulatino processo de perda de influência na América Latina, ao mesmo tempo em que outros atores globais pareciam avançar, sobretudo a China, que se havia tornado a principal parceira comercial para muitos países (Brasil, Chile, Peru, entre outros), ou ainda, uma relevante fonte de investimentos (sobretudo para a Argentina). Em 2011, após a primeira viagem de Obama pela América Latina, passando pelo Rio de Janeiro e por Brasília, a maior parte dos analistas concordava que a iniciativa não lograra resultados significativos para as relações regionais. No ano seguinte, durante o VI Encontro das Américas em Cartagena (Colômbia), muitos líderes latino-americanos não escondiam sua insatisfação com a continuidade do embargo econômico a Cuba e com a promoção da guerra às drogas. Ademais, a Venezuela encontrava-se em seu apogeu na oposição a Washington, graças, em boa medida, aos altos níveis do preço do petróleo no mercado internacional, sua principal fonte de divisas externas.

Desde o princípio do segundo mandato de Obama, os EUA passaram a atuar com maior ênfase em recursos de *soft power*, inclusive reconhecendo erros e excessos cometidos no passado, mas sem modificar a grande estratégia de buscar aumentar sua influência na região. Em um discurso ainda no primeiro ano como Secretário de Estado, John Kerry, por ocasião da abertura da Organização dos Estados Americanos, bradou que “a era da Doutrina Monroe acabou”, isto é, que os Estados Unidos cessariam de “intervir nos assuntos internos dos países americanos”, os quais passariam, sob a nova orientação, a “[...] verem-se como iguais, que compartilham responsabilidades, cooperam em temas de segurança e aderem não a doutrinas, mas a decisões que são tomadas entre parceiros”. Essa mudança tática, contudo, não significou uma reviravolta nas posições políticas de Washington: incisiva oposição aos governos de Hugo Chávez e de Nicolás Maduro na Venezuela, interesse em avançar na negociação e na assinatura de acordos de livre comércio, como a Parceria Transpacífico, inclusive apoiando explicitamente a Aliança

do Pacífico, além do combate ao terrorismo e ao crime organizado na região. Mesmo a retomada do diálogo direto com Cuba em 2014, seguida pelo restabelecimento das relações diplomáticas no ano seguinte, não aliviou as críticas ao regime cubano em relação a diversos temas, como direitos humanos e liberdades individuais.

A mudança na forma de atuação dos EUA melhorou sensivelmente a imagem e a posição da superpotência em meio a diversos públicos latino-americanos. Em publicações divulgadas pelo Pew Research Center, uma instituição de pesquisa norte-americana, em 2015, a proporção de entrevistados que tinham uma imagem positiva dos EUA foi de 73% no Brasil e de 66% no México, que são os dois países mais populosos da região. Cabe ressaltar que, entre os países latino-americanos pesquisados, as maiores aprovações foram encontradas no Brasil. Em 2012, os índices referentes a esses dois países eram, respectivamente, 61% e 56%.

O esvaecimento do antiamericanismo na América Latina ocorre simultaneamente à mudança na orientação política de diversos países na região, ainda que seja arriscado estabelecer uma associação de causa e efeito nessa questão. Porém, o enfraquecimento de dirigentes críticos aos EUA, como Nicolás Maduro (Venezuela), Dilma Rousseff (Brasil) e até mesmo Michele Bachelet (Chile), e a ascensão de presidentes de viés mais liberal, como Mauricio Macri (Argentina) e Keiko Fujimori (Peru), poderão contribuir para a posição dos EUA na região.

No caso do Brasil, a revelação à imprensa do sistema norte-americano de espionagem em 2013 levou as relações bilaterais ao pior nível em décadas, motivando o cancelamento da visita pela mandatária brasileira naquele ano. As relações entre os dois países ficaram praticamente sem importantes novidades, até que, em junho de 2015, Rousseff embarcou para Washington. A ocasião foi interpretada como um reatamento informal do diálogo, ainda que as exigências brasileiras de desculpas pelos incidentes de espionagem não fossem atendidas pelo Governo Obama. Ademais, as incertezas na política interna brasileira contribuíram para a lentidão no entendimento. Um eventual governo de Michel Temer possibilitaria não apenas a continuidade do diálogo, mas o aprofundamento das relações comerciais e políticas entre os dois países.

Assim, o curto, mas significativo, giro latino-americano de Obama, além de lograr o restabelecimento dos laços econômicos e políticos com a Argentina e com Cuba, coroa a tática centrada na promoção do *soft power* norte-americano na região. Nesse sentido, o segundo mandato de Obama tem sido mais eficaz do que as administrações anteriores, excessivamente calcadas na agenda de segurança e no combate ao terrorismo. A retomada do diálogo com alguns países e o reconhecimento dos excessos passados não demonstram o enfraquecimento dos EUA na América Latina, como se queixa a crítica doméstica a Obama. Essa nova tática tem contribuído para o aumento do poder de barganha dos EUA e para a melhoria das relações bilaterais com diversos países da região.

Bruno Mariotto Jubran
Pesquisador em Relações Internacionais da FEE

Tabela 1

Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — out./15-mar./16

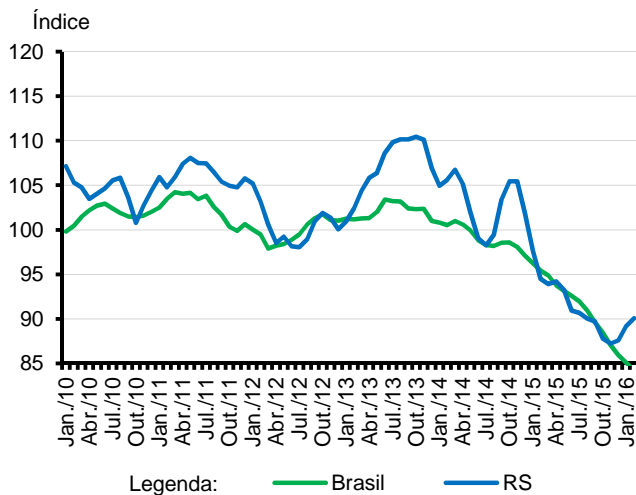
MESES	IPCA			IGP-M		
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses
Out./15	0,82	8,53	9,93	1,89	8,36	10,10
Nov./15	1,01	9,62	10,48	1,52	10,01	10,69
Dez./15	0,96	10,67	10,67	0,49	10,54	10,54
Jan./16	1,27	1,27	10,71	1,14	1,14	10,96
Fev./16	0,90	2,18	10,36	1,29	2,44	12,09
Mar./16	0,43	2,62	9,39	0,51	2,97	11,57

FONTE: IBGE.

Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./10-fev./16

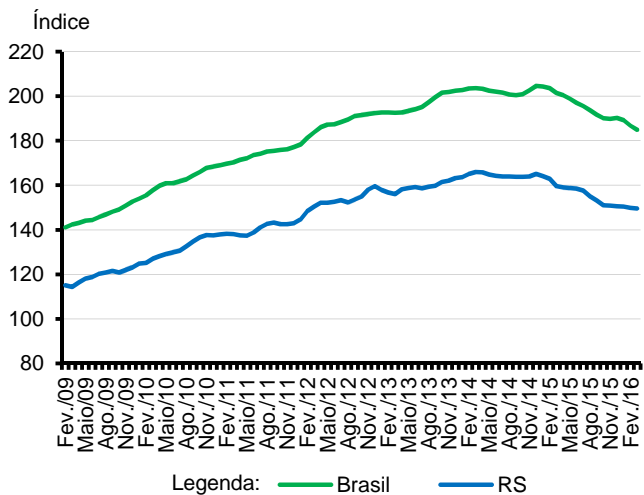


FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.
2. Os índices têm como base a média de 2012 = 100.
3. Em 2014, a PIM-PF modifica a estrutura de coleta.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-fev./16



FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.
2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia brasileira — out./15-mar./16

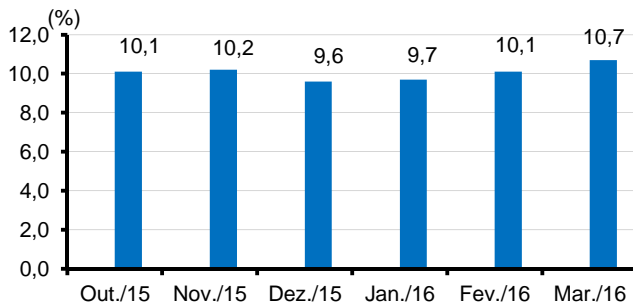
INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Out./15	Nov./15	Dez./15	Jan./16	Fev./16	Mar./16		
Taxa de câmbio (US\$) (2)	3,88	3,78	3,87	4,05	3,97	3,70	3,91	3,59
Taxa de câmbio efetiva real (3)	127,3	121,0	120,6	120,7	117,7	110,8	116,4	115,5
Taxa básica de juros (% a.a.) (4)	14,25	14,25	14,25	14,25	14,25	14,25	14,25	14,00
Superávit primário (% do PIB)	2,26	3,87	13,90	-5,67	4,82	2,06	0,39	2,28
Balança comercial (US\$ milhões) (5)	1.731	941	6.068	643	2.869	4.258	7.771	31.206
Exportações (US\$ milhões) (5)	15.947	13.724	16.685	11.135	13.317	15.922	40.375	187.903
Importações (US\$ milhões) (5)	14.216	12.784	10.617	10.492	10.448	11.664	32.604	156.697
Transações correntes (US\$ milhões) (5)	-4.277	-2.948	-2.443	-4.817	-1.919	-855	-7.591	-41.406

FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média do período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês. (5) Dados divulgados segundo a nova metodologia do IBGE.

Gráfico 3

Taxa de desemprego total no
Rio Grande do Sul — out./15-mar./16



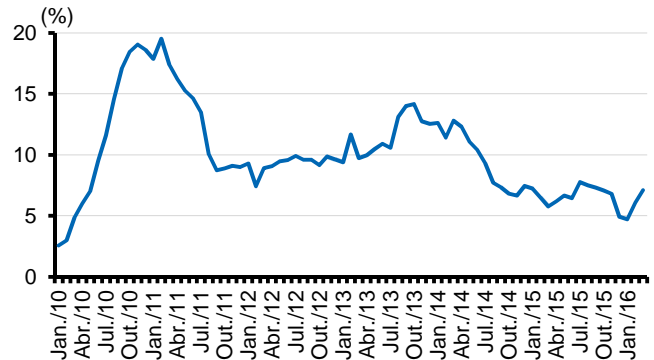
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. A partir de julho de 2014 o Dieese interrompeu a divulgação da taxa brasileira.

2. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4

Taxa de variação da arrecadação do ICMS
no Rio Grande do Sul — jan./10-mar./16



FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Variação acumulada em 12 meses.

Tabela 3

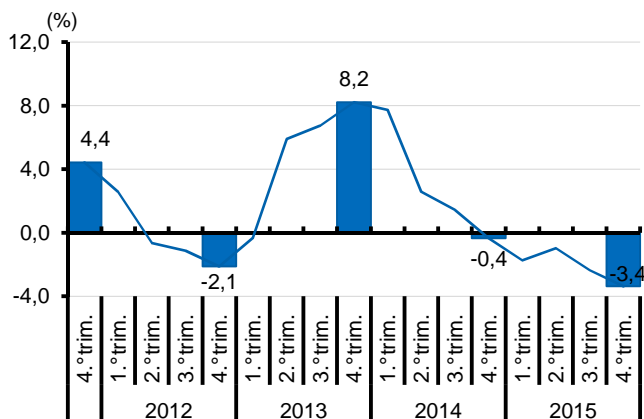
Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — out./15-mar./16

MESES	EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões)		PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)	VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
	RS	Brasil		Valor		Volume		Preço	
				RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Out./15	15.096	160.539	9,4	-7,4	-16,4	15,1	8,6	-18,7	-22,6
Nov./15	16.404	174.345	9,4	-5,4	-16,0	18,1	8,9	-19,2	-22,5
Dez./15	17.518	191.127	9,2	-6,3	-15,1	17,3	9,9	-19,6	-22,4
Jan./16	811	11.245	7,2	-16,1	-17,9	0,8	3,5	-16,8	-20,7
Fev./16	1.669	24.592	6,8	-9,3	-4,7	8,8	19,0	-16,6	-19,8
Mar./16	2.809	40.585	6,9	-9,2	-5,1	10,7	18,3	-17,7	-19,7

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Gráfico 5

Taxa de variação do PIB, acumulada em quatro trimestres,
no Rio Grande do Sul — 4º trim./11-4º trim./15

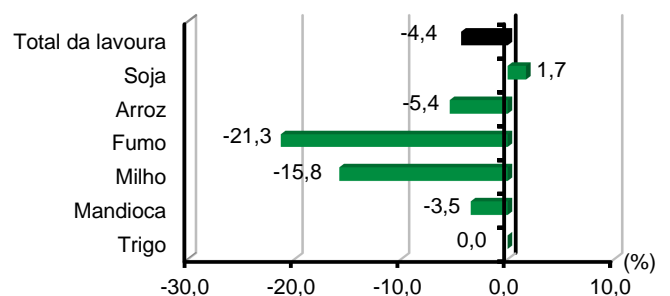


Legenda: ■ PIB — PIB trimestral

FONTE: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. FEE/CIES/NDEC.

Gráfico 6

Estimativa de crescimento da lavoura e de suas principais
culturas no Rio Grande do Sul — mar./16



FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. FEE/CIES/NDEC.

Crise nas indústrias do Brasil e do RS, em 2015

O Brasil está atravessando uma das maiores crises econômicas de sua história, e, por consequência, o RS tem acompanhado essa trajetória. Essa situação está associada a fatores de natureza econômica e política. É na indústria de transformação que se observam os seus impactos mais significativos. No entanto, um dos fatores determinantes da atual conjuntura está relacionado com as baixas produtividade e competitividade da economia brasileira. O cenário para o RS não é diferente. O lento crescimento do mercado interno brasileiro, associado à queda nos investimentos em âmbito nacional, atua diretamente sobre a produção industrial gaúcha e, consequentemente, explica o resultado observado na economia do Estado.

Em 2015, o desempenho da economia brasileira pode ser observado a partir da divulgação do Produto Interno Bruto (PIB) do quarto trimestre pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado acumulado no ano aponta uma retração de 3,8% do PIB em relação a 2014. Essa foi a pior queda registrada na série histórica, iniciada em 1996. Como consequência, o PIB *per capita* sofreu uma diminuição de 4,6% em relação ao ano anterior. A queda do PIB no Brasil deveu-se à retração de 3,3% do Valor Adicionado a preços básicos e de 7,3% nos impostos sobre produtos líquidos de subsídios.

A indústria de transformação, no Brasil, sofreu uma queda, em volume, de 9,7% em 2015, comparando-se a 2014. Essa redução foi influenciada principalmente pela queda do Valor Adicionado das indústrias automotiva — incluindo peças e acessórios —, de máquinas e equipamentos, de aparelhos eletroeletrônicos e equipamentos de informática, de alimentos e bebidas, de artigos têxteis e do vestuário e de produtos de metal. O volume de produção física da indústria, medido pela Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF) do IBGE, mostra que esses setores tiveram variação de -25,9% na fabricação de veículos, reboques e carrocerias, -14,6% na fabricação de máquinas e equipamentos, -30,1% na fabricação de equipamentos de informática, -2,3% na fabricação de alimentos, -5,4% na fabricação de bebidas, -14,6% na fabricação de produtos têxteis, -11,1% em vestuário e de -11,4% na fabricação de produtos de metal. Além dessas atividades, as variações no volume de produção foram

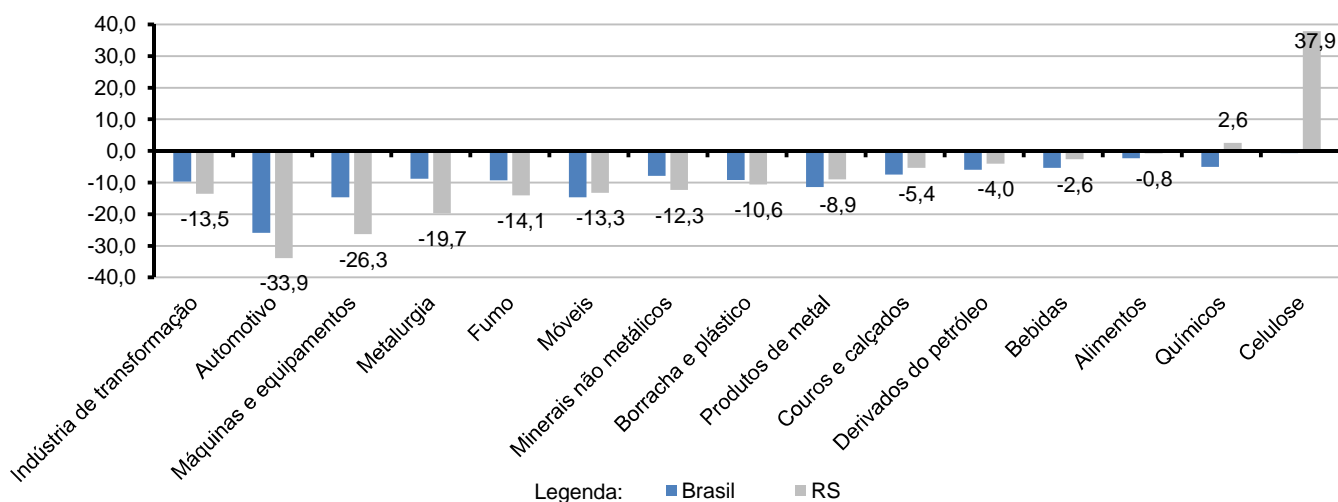
negativas para as demais atividades na indústria de transformação brasileira.

Na série comparável com os resultados divulgados pelo IBGE, o PIB do RS acumulado em 2015, divulgado recentemente pela FEE, apresentou retração de 3,4%. Em sua composição, os impostos caíram 8%, e o Valor Adicionado Bruto (VAB), 2,7%. Apesar de o PIB do Estado ter sido marcado pelo desempenho negativo em quase todos os setores, com exceção da agropecuária (13,6%), a principal contribuição para essa retração foi da indústria de transformação, que acumulou queda de 13,5% em 2015 comparado a 2014.

O resultado da indústria de transformação gaúcha pode ser explicado pelo desempenho do segmento metalmeccânico, que detém grande participação da estrutura do VAB industrial. O segmento, composto pelos setores de metalurgia, produtos de metal, máquinas e equipamentos e automotivo, apresentou queda expressiva do volume de produção em 2015. O comportamento dessas atividades na indústria gaúcha decorre da continuidade da queda dos investimentos na economia nacional e da restrição do crédito para o setor. Os únicos destaques positivos na indústria gaúcha foram os setores de fabricação de celulose e derivados, cujo crescimento resultou da expansão da nova planta industrial destinada à exportação, e de fabricação de produtos químicos (petroquímico), que obteve resultados positivos através do aumento das exportações, beneficiadas pela desvalorização cambial e pela redução do preço da matéria-prima no mercado internacional.

Para 2016, pode-se esperar um melhor desempenho das atividades que possuam maior potencial para aproveitar a desvalorização cambial e ganhar mercados externos, como o exemplo de calçados e químicos. No entanto, diante da estrutura da indústria gaúcha, a recuperação do crescimento irá depender da conjuntura da economia nacional e, principalmente, da retomada dos investimentos no País. Contudo promover o crescimento sustentado e duradouro requer, também, a promoção de políticas industriais, tecnológicas e educacionais capazes de proporcionar ganhos de produtividade e de competitividade necessários para a economia brasileira.

Taxa de crescimento percentual do Valor Adicionado Bruto (VAB) da indústria de transformação e da produção física das atividades no Brasil e no RS — 2015/2014



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE/Contas Nacionais Trimestrais.
IBGE/Pesquisa Indústria Mensal (PIM-PF).
FEE/NCR.

Calçados de maior valor agregado e dólar estimulam exportações do setor no RS

As vendas externas gaúchas de calçados de todos os tipos, que representam 3,43% do total exportado pelo RS, totalizaram 6.481 mil pares e geraram US\$ 96.405 mil no primeiro trimestre de 2016, reconfirmando a posição do RS de maior exportador de calçados do Brasil. A partir do final do ano passado, a exportação de calçados produzidos no Estado vem-se recuperando, ao contrário do ocorrido em nível nacional. Tanto na comparação do primeiro trimestre de 2016 com o mesmo período em 2015 como do quarto trimestre de 2015 com igual período em 2014, houve crescimento nas exportações gaúchas (respectivamente, 9,47% e 5,24%). No Brasil, essa mesma comparação trimestral foi marcada por variações negativas (respectivamente, -6,14% e -4,54%).

Os níveis de emprego e os índices da produção física na indústria de calçados gaúcha também vêm mostrando recuperação. A comparação dos saldos de admitidos e demitidos na produção de calçados, entre os primeiros dois meses de 2016 e o mesmo período em 2015, já registrou um aumento de 6,81%. No setor produtivo, desde novembro observam-se sinais de retomada no ritmo de crescimento, haja vista a melhora nos índices mensais na comparação com o mesmo mês do ano anterior. As taxas anualizadas também apontam recuperação nessa indústria em nível regional. O movimento de depreciação do real frente ao dólar, que ganhou intensidade em 2015, tem-se mostrado um fator determinante para explicar a recuperação das exportações gaúchas de calçados. Os valores negociados nas feiras foram favorecidos pelo câmbio, que deixou os preços dos calçados brasileiros mais competitivos e aumentou a procura pelo produto brasileiro, com reflexos visíveis no número de pares embarcados, que cresceu entre 2014 e 2015. A aposta na preservação dos preços em nível competitivo, somada aos resultados dos negócios alinhados em grandes feiras internacionais no início do ano, tais como a GDS, na Alemanha, a Expo Riva Schuh e a TheMicum, na Itália, e a FNPlatform e a Coterie, nos Estados Unidos, deverá render aumentos graduais da exportação de calçados nos próximos meses.

Mas não é apenas o fator preço que atua como determinante nas negociações. A estratégia de investimento contínuo

na exportação, especialmente agora, com a retração do mercado doméstico, vem permitindo que calçados de maior valor agregado e de melhor qualidade voltem a interessar os compradores externos.

Essa situação favorece a indústria calçadista do Rio Grande do Sul, onde a adição de valor ao calçado tem pautado as estratégias inovadoras em *design*, qualidade das matérias-primas, sofisticação e marca própria diferenciada adotadas por um segmento expressivo de empresas. A comercialização desses calçados é feita, na maior parte, com marca própria, em lojas próprias ou em boutiques, mas muitos vendem em lojas de calçados multimarca ou para importadores que distribuem o produto nas redes de lojas exclusivas. Ressalte-se que o mercado externo absorve cerca de 20% da produção do segmento de alto valor agregado, de modo que ainda existe enorme potencial para expansão. Os principais países compradores do calçado gaúcho são EUA, França, Argentina e Reino Unido.

O preço médio de exportação do calçado produzido no RS reflete o resultado dessa busca por maior agregação de valor, que ocorre também nos calçados gaúchos elaborados com materiais sintéticos. Em todos os trimestres dos últimos dois anos, observa-se que o preço dos calçados exportados é pelo menos o dobro do obtido pelo similar nacional. É certo que a majoritária produção de calçados de couro, tradicionalmente de preço mais elevado, deve estar elevando o preço médio total. De fato, os calçados desse tipo, exportados para países como Reino Unido, Itália, Polônia e Portugal, registraram preços médios de até US\$ 33 o par no primeiro trimestre de 2016.

Por fim, pode-se inferir que a continuidade dos investimentos em inovação e a adoção de estratégias de produção e comercialização de calçados com alto ou maior valor agregado permeiam a indústria calçadista gaúcha como um todo e que, lado a lado com a presença de preços internacionais competitivos, são elementos determinantes para alavancar a recuperação dessa indústria no RS.

Valor das exportações de calçados sintéticos, de couro e total, número total de pares exportados e valor do preço médio no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1.º trim./14-1.º trim./16

TRIMESTRES	VALOR (US\$ 1.000 FOB)						NÚMERO DE PARES (1.000)		PREÇO MÉDIO (US\$/par) (1)	
	Rio Grande do Sul			Brasil			Total do RS (2)	Total do Brasil (2)	RS	Brasil
	Calçados sintéticos	Calçados de couro	Total (2)	Calçados sintéticos	Calçados de couro	Total (2)				
1.º trim./14	14.270	76.009	98.185	126.322	130.028	274.610	6.327	31.841	22,69	7,59
2.º trim./14	15.619	63.369	88.056	110.677	117.888	247.752	4.025	37.593	21,88	8,99
3.º trim./14	22.706	70.216	103.583	123.036	124.405	266.702	4.844	30.427	21,38	8,78
4.º trim./14	17.186	63.346	97.228	138.444	119.001	278.186	4.764	24.391	20,41	7,86
1.º trim./15	17.047	60.889	88.064	111.900	110.077	241.561	4.489	31.671	19,62	7,63
2.º trim./15	17.843	57.859	87.242	87.181	115.317	222.362	4.480	35.406	19,47	9,12
3.º trim./15	19.743	61.815	92.386	107.170	104.633	230.911	5.067	30.373	18,23	7,59
4.º trim./15	20.232	67.743	102.320	129.247	111.941	265.557	6.436	27.567	15,90	7,06
1.º trim./16	19.937	63.848	96.405	95.283	108.916	226.721	6.481	36.172	14,92	7,12

FONTE: Sistema AliceWeb.

(1) Preço médio do total de calçados exportados. (2) Inclui calçados injetados, de material têxtil e outros.

Silvia Horst Campos
Pesquisadora em Economia da FEE

O controverso debate sobre substituição de importações no Brasil, em 2015-16

A economia brasileira, em 2015, foi marcada por uma profunda recessão, com queda de 3,8% do Produto Interno Bruto (PIB), acompanhada pela deterioração de vários indicadores econômicos, como o emprego, o consumo, o investimento e a produção industrial. O único dado positivo é a melhora do saldo em transações correntes, o qual é atribuído, principalmente, à redução das importações (15,1% em volume, segundo dados da Funcex). Com isso, ressurgiu o debate sobre a possibilidade de estar em curso uma substituição de importações (SI) no Brasil.

Esse movimento seria estimulado pela taxa de câmbio mais depreciada, e a linha de argumentação de defesa dessa hipótese consiste na análise de dois indicadores: (a) a *performance* “melhor” da produção industrial em relação às importações; e (b) a redução do coeficiente de importações (CI), também denominado coeficiente de penetração de importações, o qual é calculado como a participação das importações no consumo aparente.

No que concerne ao primeiro indicador, uma análise por categorias de uso permite identificar, no ano de 2015, uma queda de 15,7% no volume das importações de bens intermediários, acompanhada por uma redução menos do que proporcional na produção industrial (-5,2%). O mesmo vale para os bens de consumo duráveis, com quedas de 26,6% nas importações e 18,8% na produção.

Seria esse um argumento válido para indicar a presença de uma SI? Poder-se-ia afirmar que a produção industrial estaria caindo ainda mais não fosse a SI? Essa é uma hipótese contrafactual, difícil de ser testada. Assim, a tentativa de resposta àquele questionamento passa pela análise dos principais itens que compõem cada categoria de uso citada, seguida pelo resgate do condicionante para a SI.

Quanto aos bens intermediários, há uma situação de relativa inelasticidade da demanda em relação às alterações nos preços relativos. Isso ocorre porque seus principais itens consistem em partes e peças para veículos, seguidos por componentes eletrônicos e compostos químicos.

No que diz respeito aos primeiros, os mesmos estão incorporados nas cadeias globais de valor, as quais tendem a diminuir a elasticidade câmbio-comércio, especialmente para aqueles processos localizados no meio ou no fim da cadeia (enquanto a globalização e a liberalização do período precedente tendiam a elevar essa elasticidade). Já os componentes eletrônicos e os químicos são caracterizados por um quadro de carência de oferta doméstica.

Por sua vez, os bens de consumo duráveis teriam algum potencial de substituição, sendo os automóveis o seu principal item. No entanto, a produção industrial de automóveis para passageiros, nessa categoria de bens, encolheu 19,4% em 2015.

Diante disso, resgata-se um condicionante para a SI, qual seja, o estímulo à oferta interna, o qual pode se dar através de uma maior utilização da capacidade instalada, e/ou a implantação de novas indústrias substituidoras de importações, resultando em uma elevação da produção.

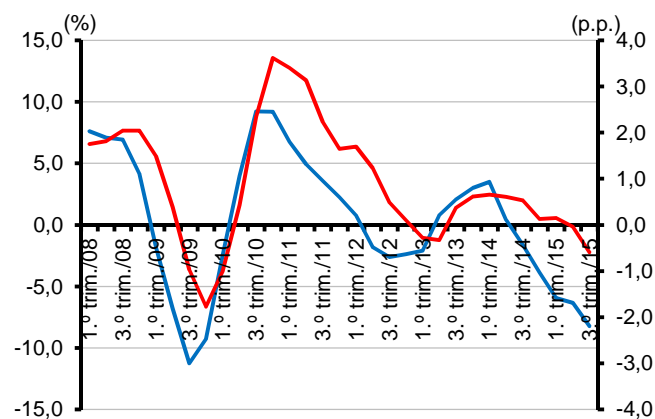
Entretanto, na indústria de transformação, nenhum dos setores, definidos conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), retrata variação positiva na produção industrial, em 2015.

No acumulado no ano de 2016 até março, em comparação a igual período do ano anterior, os únicos setores que cresceram foram fumo (31,3%), celulose, papel e produtos de papel (1,7%) e produtos farmoquímicos e farmacêuticos (0,9%).

Mesmo diante dessa situação desastrosa da indústria de transformação brasileira, a redução do CI no segundo e terceiro trimestres de 2015 poderia trazer algum alento (linha em vermelho no gráfico). Por outro lado, é plausível observar também as variações cíclicas desse indicador, as quais tendem a acompanhar mudanças cíclicas no PIB e na produção da indústria de transformação (linha em azul), notadamente a sincronia entre as variáveis na crise de 2008-09. Por hipótese, o comportamento cíclico do CI pode decorrer de mudanças nos estoques ou devido à maior elasticidade-renda dos importados em relação aos produtos nacionais.

Por fim, pode-se concluir que, se estiver de fato em curso uma SI no Brasil, ela é ínfima perto da brutal redução na produção industrial, a qual decorre do atual estágio recessivo da economia. Isso não significa que uma SI considerável não se possa vislumbrar no futuro. Entende-se que isso se materializará se houver um descolamento da produção industrial em relação à redução do CI, na condição de uma contenção do coeficiente importado no momento em que a economia brasileira retomar uma trajetória de crescimento.

Variação do coeficiente de importações e da produção da indústria de transformação no Brasil — 1.º trim./08-3.º trim./15



Legenda: — Produção industrial (eixo esquerdo)
— Coeficiente de importação (eixo direito)

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Funcex.
IBGE.

NOTA: 1. As variações são com relação a igual período do ano anterior e acumuladas em quatro trimestres.
2. O coeficiente de importações é calculado pela Funcex a preços constantes de 2007.

Clarissa Black
Pesquisadora em Economia da FEE

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 03.04.16).

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editoriaisistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

ISSN 1517-7262

 **Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Igor Alexandre Clemente de Moraes

Diretor Técnico: Martinho Roberto Lazzari

Diretor Administrativo: Nóra Angela Gundlach Kraemer

Conselho Editorial: Martinho Roberto Lazzari (Editor), Bruno Paim, Iracema Keila Castelo Branco, Jefferson Augusto Colombo, Marcos Vinício Winck Junior e Vandlei Zanin

Núcleo de Dados: Renan Xavier Cortes (Coord.) e Pedro Kanopf Oliveira

Revisão e editoração: Mateus da Rosa Pereira e Susana Kerschner

Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: carta@fee.tche.br

Twitter: @cartafee Site: www.fee.rs.gov.br